



OS PROJETOS CURA – COMUNIDADE URBANA DE RECUPERAÇÃO ACELERADA – EM MARINGÁ, 1975 A 1987

Simone Merino Chiquetti (PIBIC/CNPq/Uem), Fabíola Castelo de Souza Cordovil (Orientador), e-mail: fabiolacordovil@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá/Departamento de Arquitetura e Urbanismo/Maringá, PR.

Ciências Sociais Aplicadas, Arquitetura e Urbanismo.

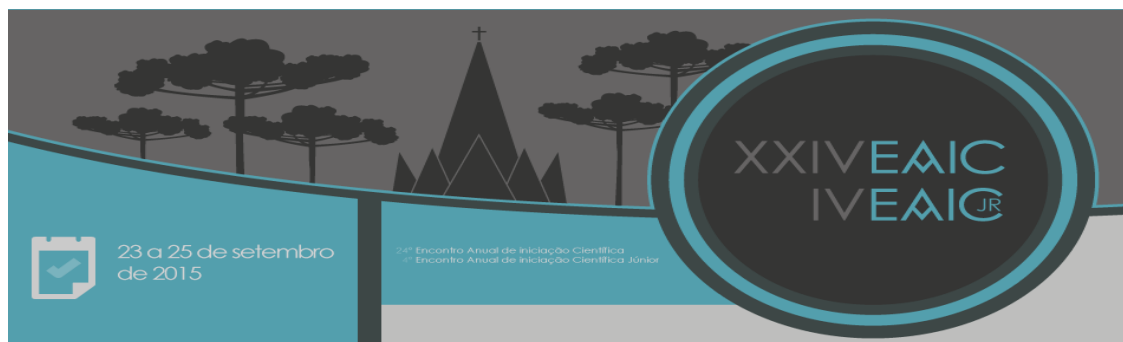
Palavras-chave: BNH, planejamento urbano, infraestrutura.

Resumo:

A pesquisa propõe a análise dos projetos CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada) realizados na cidade de Maringá, no período de 1975 a 1987. Este programa era vinculado ao BNH, de onde se originava sua verba. Através de investigações em jornais e legislações da época foi possível descobrir os locais destinados a cada um dos projetos CURA realizados na cidade, o valor disponibilizado para estes e o período de suas implantações. A partir destas informações foram realizados mapeamentos comparando a evolução urbana da época com as áreas contempladas por tais investimentos. É possível perceber que estes tiveram grande impacto na ocupação do território maringaense, seguindo as tendências do mercado imobiliário e fomentando a valorização de regiões antes inutilizadas.

Introdução

O Programa CURA surgiu no início da década de 1970, durante o Regime Militar no Brasil, vinculado ao BNH. Seu intuito era prover áreas ociosas de infraestruturas e equipamentos urbanos para proporcionar sua valorização e ocupação. Em Maringá o primeiro projeto do Programa CURA foi elaborado em 1975, durante a gestão de Sílvio Barros e, até o ano de 1987, foram realizados outros três projetos CURA na cidade, sendo dois durante a gestão de João Paulino e o último na de Said Ferreira. Ao analisar estes projetos é possível, não só enxergar o caráter tomado pelo planejamento urbano no Brasil durante o período do Regime Militar, mas também perceber as suas intenções políticas e as tendências para a expansão da mancha urbana de Maringá. Pode-se dizer que este foi um período decisivo para o planejamento urbano na cidade.

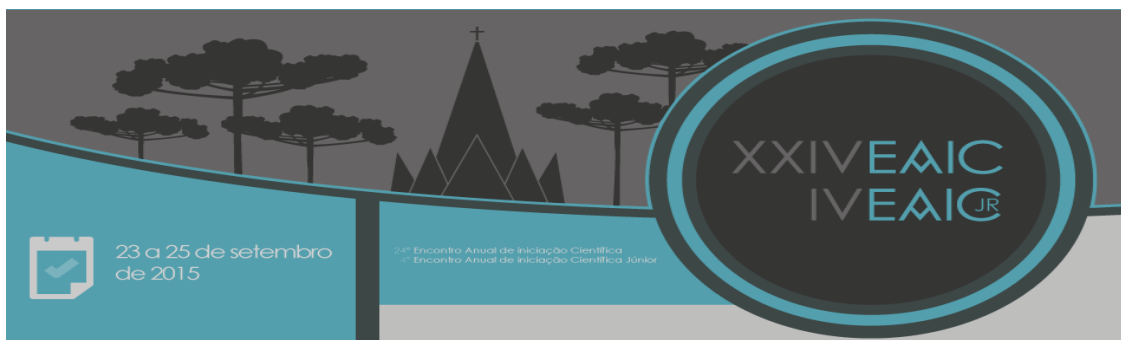


Materiais e métodos

O primeiro mês de pesquisa foi dedicado exclusivamente à leitura de bibliografias relacionadas ao tema trabalhado, visando o melhor entendimento do contexto político, econômico e social do período. Após esse processo iniciou-se a busca por informações diretamente relacionadas aos projetos CURA em Maringá, com a análise de legislações referentes a empréstimos realizados pela Prefeitura Municipal de Maringá junto ao BNH e aos projetos em si, e com a leitura de periódicos da época. Concomitante ao processo de catalogação de informações realizou-se o mapeamento destas, relacionando-as com dados retirados das bibliografias anteriormente lidas. Nesta etapa foi possível comparar a malha urbana de Maringá antes e depois da implantação dos projetos CURA e concluir as tendências e o impacto destes na cidade.

Resultados e Discussão

As atividades do programa CURA em Maringá tiveram início em 1975, na gestão de Sílvio Barros com a permissão de um empréstimo de mais de 29 milhões de Cruzeiros, de acordo com a lei nº 1078, para a realização do CURA I. Apesar de a lei não definir o local e os serviços a serem realizados pelo projeto, informações posteriores indicam que o CURA I contemplou os bairros Jardim Alvorada, Vila Esperança, Vila Santo Antônio e também outros investimentos ligados ao BNH. O segundo CURA foi realizado na gestão de João Paulino, definido pela lei nº 1228 em 1978, sendo que esta, além de definir um valor de empréstimo de 130 milhões de Cruzeiros, também estipulava exatamente as áreas a serem beneficiadas pelo projeto. Para explicar o CURA II, publicou-se, na época, um manual contendo análises, justificativas e as propostas a serem executadas no bairro Jardim Alvorada, escolhido para receber os investimentos. Ainda durante a gestão de João Paulino realizou-se o CURA III, porém não existem leis que apresentem esta atividade, as informações que se obtêm, através da investigação do tema, é que este foi concretizado com verbas remanescentes às destinadas ao projeto CURA II. Apesar de não possuir lei específica, as obras do terceiro CURA foram registradas por jornais da época, revelando que os empréstimos foram destinados a diversas obras nos bairros Vila Esperança, Vila Santa Isabel e Jardim Mandacaru, no ano de 1980. No final do mandato de João Paulino, seu vice Sincler Sambatti assumiu o Executivo de Maringá por motivos políticos e, em 1982 assinou a lei nº 1557, que permitia empréstimos de mais de 700 milhões de Cruzeiros para a realização do último CURA na cidade, previsto, então, para os bairros Vila Emília, Jardim Progresso, Vila Lili, Vila Marumbi e Vila Bosque, segundo



jornais. Entretanto, devido ao fim do mandato de Sincler Sambatti, o CURA IV foi efetivado apenas na gestão de Said Ferreira, no ano de 1987, mesmo depois do fim do Regime Militar no país e da extinção do BNH e de seus agentes, além disso, as áreas destinadas aos investimentos foram alteradas pela lei nº 2161 para os bairros Jardim Copa Cabana, Parque das Bandeiras, Jardim Vitória e Jardim das Palmeiras.

Conclusões

O que se pode concluir da ação do programa CURA em Maringá é que, apesar de ter contribuído de forma importante na aceleração da expansão urbana da cidade, este seguiu as necessidades do mercado imobiliário para a escolha dos locais de destino de seus investimentos. Além disso, evidencia o caráter totalmente tecnicista do planejamento urbano da época, regido pelos interesses do Regime Militar, o que denota a relação tênue entre o planejamento e a política.

Agradecimentos

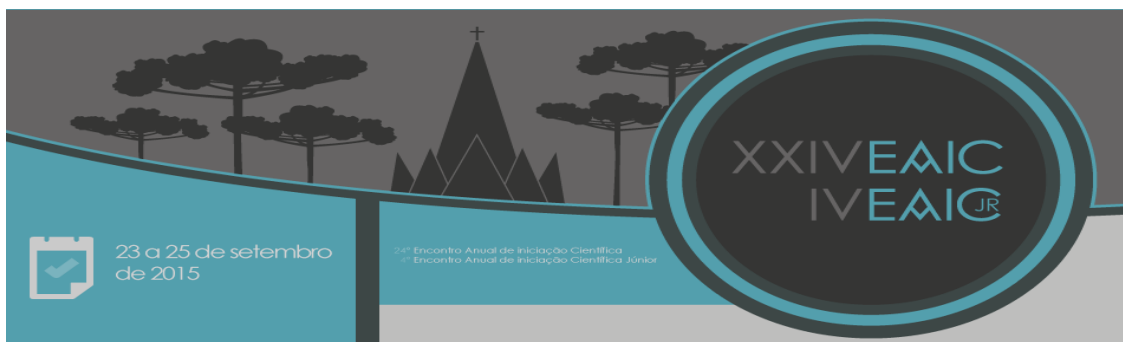
Agradeço à Fundação Araucária e ao CNPq pelo incentivo e à Professora Fabíola Castelo de Souza Cordovil pela oportunidade.

Referências

MARINGÁ (Prefeitura Municipal). Lei nº 1078/75. **Lex:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênios com o Banco Nacional da Habitação (BNH) e seus Agentes, para a participação do Município no Projeto CURA, a oferecer garantias para empréstimos e compromissos assumidos, ratificando termo de Convênio assinado e dá providências: no valor de Cr\$ 29.807.925,80. Maringá, 1975.

MARINGÁ (Prefeitura Municipal). Lei nº 1228/78. **Lex:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a assumir obrigações com o Banco Nacional da Habitação – BNH - e seus Agentes Financeiros, para participação do Município no Projeto CURA II (Jardim Alvorada), a oferecer garantias para empréstimos e convênios e dá outras providências. Maringá, 1978.

MARINGÁ (Prefeitura Municipal). Lei complementar nº 1567/82. **Lex:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a assumir obrigações com o Banco Nacional da Habitação – BNH - e seus Agentes Financeiros, para participação do Município no Projeto CURA IV, a oferecer garantias para empréstimos e convênios e dá outras providências. Maringá, 1982.



MARINGÁ (Prefeitura Municipal). Lei 2161/87. **Lex:** Altera a Lei nº 1.639/83, para a destinação de recursos ao PEOJETO CURA IV. Maringá, 1987.

MARINGÁ (Prefeitura Municipal). Secretaria de Cultura. Acervo da Gerência de Patrimônio Histórico. **Projeto Cura II.** Jardim Alvorada, 1978. Curitiba: Cruz de Malta.